

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.949 - PE (2019/0247293-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : JOSE DE OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE FERREIRA COSTA - AL003747

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO VERIFICADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Cinge-se a controvérsia trazida aos autos sobre a ocorrência de eventual prescrição intercorrente, o que, segundo o recorrente, tornaria inviável a habilitação, no feito, dos herdeiros da exequente falecida.
2. Esta Eg. 4ª Turma firmou o entendimento que se o credor falece depois da propositura da execução, esta deve ser suspensa para habilitação dos sucessores, não podendo ser extinta, com resolução do mérito, por prescrição intercorrente, ante ausência de previsão legal.
3. *In casu*, o despacho inicial do processo de execução data de 28/12/2002, enquanto a certidão de óbito acostada certifica que o falecimento da exequente deu-se em 05/12/2009. Depreende-se, pois, que o óbito do *de cujus* ocorreu depois da propositura da execução.
4. Certifica-se, ainda, que não há notícia de suspensão do processo para habilitação dos sucessores, não havendo, portanto, como ser reconhecida a prescrição intercorrente, ante a ausência de previsão legal.
5. Agravo de instrumento não provido" (fl. 217e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 230/234e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO

INTERCORRENTE. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.

1. Nos termos do art. 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. Com efeito, a Turma Julgadora firmou o entendimento de que, caso o credo venha a falecer após a propositura do processo de execução, este deve ser suspenso para habilitação dos herdeiros, não podendo ser extinta, com resolução do mérito, por prescrição intercorrente, ante a inexistência de previsão legal.

3. No caso concreto, o despacho inicial do processo de execução se deu em 28/12/2002, enquanto a certidão de óbito do credor atesta seu falecimento em 05/12/2009. A partir disso, percebe-se que o falecimento do autor ocorreu depois da propositura da execução e que não há, nos autos, notícia acerca da suspensão do feito para a habilitação dos herdeiros, para o que se entende a impossibilidade de ser reconhecida a prescrição intercorrente, ante a ausência de previsão legal.

4. A pretensão de rediscutir tal entendimento não se insere em nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, devendo ser formulado em recurso próprio à rediscussão do mérito.

5. Embargos declaratórios não providos" (fl. 245e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 265, I, e 267, II, do CPC/73 (arts. 313, I, e 485, II, do CPC/2015), 1.022, II, do CPC/2015, 196 e 199, I, do Código Civil e 1º do Decreto 20.910/32 sustentando que

"DA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO NCPC

O acórdão recorrido violou o artigo 1.022 do ao não suprir a omissão apontada nos embargos de NCPC declaração interpostos, que objetivava a análise do caso concreto tendo em vista os artigos 1º do Decreto nº 20.910/1932, 265, inciso I e 267, inciso II do CPC/1973 (313, inciso I e 485, inciso II do CPC/2015) e 196 a 199 do CC :

(...)

Ora, os referidos artigos disciplinam, respectivamente, o prazo prescricional para o ajuizamento da execução, das regras processuais em caso de falecimento de uma das parte e o instituto da prescrição, de modo que deveriam ser analisados para efeito de se averiguar a

ocorrência ou não da pretensão executória.

(...)

Inegável, portanto, o prejuízo ao ente público com a persistência da omissão pela Corte Regional, uma vez que nenhuma matéria alegada em sede de agravo de instrumento foi apreciada.

Assim, deve o acórdão ser anulado para que sejam efetivamente analisados os artigos apontados pelo ente público nos embargos declaratórios interpostos.

PRESCRIÇÃO EXECUÇÃO HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Conforme se verifica do próprio acórdão recorrido:

(...)

Assim, ocorreu a prescrição intercorrente da pretensão executória, eis que da data do falecimento até o aludido pedido decorreu o prazo prescricional, nos termos da Súmula 150 do STF e art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 .

Cumpre observar o que dispõe o Código Civil a respeito da prescrição:

(...)

Tem-se, dessa forma, que por determinação expressa constante no Código Civil, a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra seu sucessor, salvo se sobrevier alguma causa impeditiva ou suspensiva da prescrição.

A respeito da prescrição da pretensão executória, é assente no seio jurisprudencial o entendimento de que a fluência de tal prazo se inicia com o trânsito em julgado do título.

(...)

Dessa forma, a partir do trânsito em julgado do título executivo começa a fluir o prazo prescricional, pelo lapso de cinco anos, para sua execução (do título).

Insta, em seguida, averiguar se ocorreu, *in casu*, alguma causa impeditiva ou suspensiva do curso do prazo prescricional.

Destaque-se, por oportuno, que as causas impeditivas/suspensivas da fluência do prazo prescricional constituem matéria de reserva legal, ou seja, de modo que somente podem ser consideradas como tal as situações taxativamente previstas em lei.

Assim, e analisando-se o caso dos autos à luz da legislação regente da matéria, em especial os arts. 197 a 199 do CC, vê-se que não ocorreu, no caso em apreço, nenhuma das situações elencadas em lei como hábeis a suspender e/ou impedir o curso do prazo quinquenal de prescrição da pretensão executória.

Ao contrário, consoante se viu dos dispositivos legais transcritos acima, por força de dispositivo legal expresso, o óbice não constitui

causa impeditiva/suspensiva da prescrição, já que esta, quando iniciada contra uma pessoa, continua a correr contra seus sucessores (art. 196, do CC) .

Sendo assim, é forçoso concluir que a fluência do prazo prescricional em questão, iniciada com o trânsito em julgado do título se ultimou por não ter ocorrido qualquer causa impeditiva ou suspensiva da prescrição.

(...)

Ocorre que, no ordenamento pátrio, a única consequência decorrente do falecimento da parte é de ordem processual, consistente na suspensão do feito.

(...)

Apesar de não constar prazo prescricional na legislação processual vigente (CPC), aplica-se o Decreto nº 29.910/1932, uma vez que a regra é a prescrição, não o contrário (a imprescritibilidade).

(...)

Os herdeiros do falecido demoraram mais de cinco anos para regularizar o polo ativo da demanda o que demonstra sua negligência, devendo, assim, serem responsabilizados por sua mora com a decretação da prescrição" (fls. 260/268e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o recurso especial, para reformar o acórdão recorrido e decretar a prescrição da pretensão executória" (fl. 268e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 272e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 273e).

A irresignação merece ser parcialmente conhecida e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de "agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO com pedido de efeito suspensivo, contra decisão do Juízo da 1ª Vara Federal da Seção SOCIAL - INSS, Judiciária de Alagoas, proferida nos autos da ação de execução de sentença nº 0004367-55.1997.4.05.8000, a qual afastou a prejudicial de mérito (prescrição) alegada pelo INSS para deferir as habilitações de fls. 754" (fl. 214e).

Negado provimento ao Agravo de Instrumento, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes,

contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, **"a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015"** (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Ademais, não se presta a via declaratória para provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011).

Lado outro, a Corte Federal, ao analisar a controvérsia, asseverou que "não há notícia de suspensão do processo para habilitação dos sucessores, não havendo, portanto, como ser reconhecida a prescrição intercorrente, visto que esta deve ser interpretada restritivamente, não podendo ser presumida pela simples demora no ato de habilitação dos sucessores" (fl. 215e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE

LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Além disso – e a título meramente ilustrativo –, registra-se que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que **a morte de uma das partes tem como consequência a suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores da parte, não ocorre a prescrição.**

A propósito, os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. FALECIMENTO DA PARTE EXEQUENTE. HABILITAÇÃO DE HERDEIRO. AÇÃO PROPOSTA POR SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE DO SINDICATO.

1. Constata-se que não se configura a ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.
2. **O STJ sedimentou compreensão no sentido de que a suspensão do processo por óbito da parte exequente suspende também o curso do prazo prescricional da pretensão executiva, observando-se que, por não existir previsão legal de prazo para a habilitação dos sucessores, não se pode presumir lapso**

máximo para a suspensão. Nesse sentido: AgRg no AREsp 523.598/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 15.8.2014; AgRg no AREsp 282.834/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 22.4.2014; AgRg no AREsp 387.111/PE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 22/11/2013).

3. Ademais, o STJ possui entendimento de que é razoável considerar que o sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade. Precedentes: REsp 1.276.388/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/11/2011; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/10/2015.

4. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.827.745/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA. FALECIMENTO DO ADVOGADO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

PRECEDENTES.

1. A morte de uma das partes ou mesmo do procurador tem como consequência a suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores da parte ou da regularização da representação processual, não ocorre a prescrição. Precedentes.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.334.188/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/02/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ÓBITO DA PARTE AUTORA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL ATÉ HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ.

AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC, **a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente. Estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência do STJ, incide o óbice da Súmula 83/STJ.**

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.485.127/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora